

Riscos de uma situação

Não será exagero dizer que as pestes, a primeira revolução das expectativas (que se deu com a retomada, pelos cristãos aos árabes, do controle do tráfego pelo Mediterrâneo), as Cruzadas e a progressiva introdução da economia monetária fizeram que os ideais de Guillaume de Marechal, cuja vida delicia os poucos lazes do ministro Marcílio Marques Moreira, fossem lentamente deitados por terra e substituídos por aqueles que mais tarde constituiriam o "espírito do capitalismo" — isto para não falar da permanência da cobiça tão condenada por São Paulo. A coragem, a integridade, a lealdade e a competência continuaram persistindo durante séculos, ninguém negará — mas noutro quadro social, moral e mental. Invocar essas virtudes no Brasil do ano 1991, esperando que pela prática dessas virtudes a classe média brasileira retome os caminhos da poupança calvinista, em tudo diferente da mentalidade de Guillaume de Marechal, é fazer da erudição o critério de medição de uma crise. O que, convenhamos, não traz conforto aos que padecem e não são devotos de santos católicos italianos.

O drama da classe média brasileira — que buscamos, nós e o *Jornal da Tarde*, retratar em parte em nossas edições de ontem — não se resume em manter as virtudes medievais que, bem pesadas as coisas, têm sentido diferente, embora possam ter nomes idênticos, quando vivencia-

das num ou noutro ambiente sociocultural. A questão não é discutir se a classe média (empobrecida desde que o PIB começou a não apresentar crescimento condizente com o da população) pode ou não cultivar virtudes que estiveram presentes na grande transformação social que permitiu o florescimento do capitalismo. A questão básica é saber até que ponto as agruras em que a classe média vive — *temendo ser reduzida* a uma condição dita de "proletarização" (no consumo tomado em geral) — não destruirão o individualismo que sempre a distinguiu democraticamente ao longo da história, fazendo muitos de seus integrantes substituir a idéia de democracia, liberdade e justiça pelo conforto material, desde que com ordem, tão-somente.

No fim dos anos 40 e durante os anos 50 e 60, o brasileiro de classe média (e boa parte do proletariado que então se formava em algumas capitais) alimentou a idéia de que tudo poderia ir mal, desde que tivesse um teto em que se abrigar. Um teto *seu*, não alugado. Os estudiosos poderiam apontar nesse impulso à propriedade imobiliária uma deformação do sistema econômico-social brasileiro, pois o que importa não é ser proprietário de residência, mas ter renda suficiente para pagar aluguel, sustentar-se e à família com dignidade e



poupar — o que permitirá desenvolver as virtudes morais. A transformação que se deu depois dos anos 60 foi fato socioeconômico grave: a política de aluguéis do governo federal diminuiu a oferta de residências; além disso, as mudanças de orientação na política de aquisição da casa própria, se por um lado favoreceram muitos (a tal ponto que do primitivo Emenda Collor constava imposto sobre o que se havia lucrado com o pagamento de prestações!), por outro, simplesmente inviabilizaram, pelo brutal déficit do sistema, o prosseguimento dos programas de financiamento da casa própria. Com isso, a classe média não pôde comprar sua residência, e morar de aluguel tornou-se difícil fosse pela ausência de imóveis, fosse pela queda de renda que se vem acentuando. Agora a angústia da classe média se torna ainda maior, porque a reforma tributária aponta para aumento brutal da carga fiscal que recairá sobre ela. Nessa vasta camada social abrangida pelo termo "classe média", os ditos profissionais liberais encontrarão meios de evitar os 25% ou 35% de Imposto de Renda; os que vivem de carteira de trabalho anotada, esses, porém, nada poderão fazer, situem-se na faixa dos 15% (antes 10%), estejam nas mais elevadas.

Os homens de governo têm memória curta, infelizmente para o povo, que a tem de elefante. Serão poucos os auxiliares do ministro Marques Moreira que se recordarão de que uma das causas (não discutimos seu valor ponderado) da grande recessão de 1982 foram as penalidades fiscais que se aplicaram à classe média, que conseqüentemente deixou de comprar. Se lembrarmos que em 1982 não tinha havido confisco nenhum de poupança e não era comum dizer que a saída para o Brasil era um aeroporto internacional qualquer, veremos que a situação, hoje, é muito mais séria, de todos os pontos de vista.

Do econômico, porque aponta para uma redução de demanda que, se por um lado pode forçar para baixo a inflação, por outro pode fazer que persista a recessão. Do social, porque altera hábitos e, ao mesmo tempo que impõe costumes que se diriam calvinistas de consumo, produz amargo sentimento não cristão de ressentimento contra uma ordem econômico-social reputada injusta. Do político, porque esse ressentimento pode levar muitos a se engajar em aventuras, a fim de encontrar no mito a solução de seus dramas cotidianos.

A solução do problema não é fácil. Note-se, porém, que se a proletarização da classe média se encontrar politicamente um dia com a queda dos padrões de consumo da elite do proletariado será de temer por situações político-sociais delicadas.